

Artigos

1. **O tempo processual e o direito de família: tutela da evidência e decisão parcial de mérito no Código de Processo Civil de 2015**
Ana Luiza Rocha ...[et al.] 15
2. **A estabilização dos efeitos da tutela antecipada contra a Fazenda Pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais**
Barbie Chaves da Silva; Sandoval Alves da Silva 33
3. **O princípio da atipicidade e os novos poderes do juiz para a efetividade do processo de execução**
Beatriz Andrade dos Santos; Ricardo Duarte Guimarães 67
4. **A Lei nº 13.655/2018 e a Fazenda Pública em juízo: relações entre as normas processuais e as novas disposições da LINDB**
Ednaldo Silva Ferreira Júnior 93
5. **Muito prazer, amicus curiae: desvendando o enigma desse terceiro interveniente**
Flávia Pereira Hill 109
6. **A representação adequada no mandado de segurança coletivo e o formalismo valorativo: uma análise jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**
Gisele Santos Fernandes Góes; Sandoval Alves da Silva; Thiago Vasconcellos Jesus 125
7. **Precedentes judiciales vs. indeterminación del derecho: um falso embate em desfavor de la legalidad**
Igor Raatz 151
8. **A competência para o pedido de suspensão e a interpretação dos Tribunais Superiores**
José Henrique Mouta Araújo 163
9. **Breves apontamentos sobre o procedimento de homologação de sentenças estrangeiras no Brasil**
Livia Vilas Bôas Carr 181
10. **A redação restritiva do Código de Processo Civil de 2015 e a possível correlação com os indicadores de recorribilidade em primeiro e segundo grau no Poder Judiciário do Estado do Ceará**
Mariana Dionísio de Andrade ...[et al.] 199

11. O novo Código de Processo Civil e a aplicabilidade do princípio da duração razoável do processo	
Nilton Carlos de Almeida Coutinho; Vanessa Maria de Morais Souza	223
12. A sustentação oral como garantia de influência na decisão judicial	
Rodrigo Frantz Becker	249
13. Embargos de declaração em juízo monocrático no CPC/2015	
Rosemiro Pereira Leal	265
14. Manifestação da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPro) como amicus curiae na ADI 6.298/DF (“juiz das garantias”)	
Associação Brasileira de Direito Processual – ABDPro	275
15. Imparcialidade como esforço	
Eduardo José da Fonseca Costa	301
16. Afinal, o que se deve compreender a respeito da relação entre garantismo processual e discricionariedade?	
Diego Crevelin de Sousa; Júlio César Rossi; William Galle Dietrich	319